

Diário do Legislativo de 20/05/1997

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Romeu Queiroz - PSDB

1º-Vice-Presidente: Cleuber Carneiro - PFL

2º-Vice-Presidente: Francisco Ramalho - PSDB

3º-Vice-Presidente: Geraldo Rezende - PMDB

1º-Secretário: Elmo Braz - PPB

2º-Secretário: Mivo José - PT

3º-Secretário: Marcelo Gonçalves - PDT

4º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

5º-Secretário: Maria Olívia - PSDB

SUMÁRIO

1 - RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

2 - ATA

2. 1 - Reunião de Comissão

3 - ORDENS DO DIA

3. 1 - Plenário

3. 2 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4. 1 - Comissões

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATA

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO

MANDATO PARLAMENTAR*

Adelmo Carneiro Leão (PT)

Ailton Paranaíba Vilela (PSDB)

Ajalmar José da Silva (PSDB)

Alberto Pinto Coelho Júnior (PPB)

Aldimar Rodrigues - **Dimas Rodrigues** (PPB)

Alencar Magalhães da Silveira Júnior (PDT)

Álvaro Antônio Teixeira Dias (PDT)

Ambrósio Pinto (PTB)

Anderson Adauto Pereira (PMDB)

Anivaldo Antônio dos Santos **Coelho** (PT)

Antônio Eustáquio **Andrade** Ferreira (PMDB)

Antônio Felipe Zeitune - **Toninho Zeitune** (PMDB)

Antônio Genaro Oliveira (PPB)

Antônio Júlio de Faria (PMDB)

Antônio Roberto Lopes de Carvalho (PMDB)

Arnaldo Francisco **Penna** (PSDB)

Carlos Welth **Pimenta** de Figueiredo (PL)

Cleuber Brandão **Carneiro** (PFL)

Dilzon Luiz de **Melo** (PTB)

Dinis Antônio **Pinheiro** (PSD)

Djalma Florêncio **Diniz** (PFL)

Durval Ângelo Andrade (PT)

Elbe Figueiredo **Brandão** (PSDB)

Elmo Braz Soares (PPB)

Ermano **Batista** Filho (PL)

Francisco Ramalho da Silva Filho (PSDB)

Geraldo da Costa **Pereira** (PMDB)

Geraldo Gomes **Rezende** (PMDB)

Geraldo **Nascimento** de Oliveira (PT)

Geraldo Paulino **Santanna** (PFL)

Gilberto Wagner Martins Pereira Antunes - **Gil Pereira** (PPB)

Gilmar Alves **Machado** (PT)

Glycon Terra **Pinto** (PPB)

Hely Tarquínio (PSDB)

Ibrahim **Jacob** (PDT)

Irani Vieira **Barbosa** (PSD)

Ivair **Nogueira** do Pinho (PDT)

Ivo **José** da Silva (PT)

João **Batista** de Oliveira

João **Leite** da Silva Neto (PSDB)

Jorge **Eduardo** Vieira de Oliveira (PMDB)

Jorge **Hannas** (PFL)

José **Arnaldo** **Canarinho** (PSDB)

José **Bonifácio** Tamm de Andrada (PSDB)

José **Castro** **Braga** (PDT)

José Henrique Lisboa Rosa (PMDB)

José Maria André de **Barros** (PSDB)

José Miguel Martini (PSDB)

José Militão Costa (PSDB)

Kemil Said Kumaira (PSDB)

Leonídio Henrique Corrêa **Bouças** (PFL)

Luiz Fernando Ramos **Faria** (PPB)

Marcelo Jerônimo **Gonçalves** (PDT)

Marco Régis de Almeida Lima (PPS)

Marcos Helênio Leoni Pena (PT)

Maria José Haucisen Freire (PT)

Maria Olívia de Castro e Oliveira (PSDB)

Mauri José **Torres** Duarte (PSDB)

Miguel Arcanjo da Costa **Barbosa** (PSD)

Olavo **Bilac Pinto** Neto (PFL)

Olinto Dias **Godinho** (PL)

Paulo César de Carvalho **Pettersen** (PPB)

Paulo Piau Nogueira (PFL)

Paulo Sérgio Miranda **Schettino** (PTB)

Péricles Ferreira dos Anjos (PSDB)

Raul Lima Neto (PPB)

Rêmolo Reminho **Aloise** (PFL)

Roberto Mauro **Amaral** (PSDB)

Romeu Ferreira de **Queiroz** (PSDB)

Ronaldo Vasconcellos Novais (PL)

Sebastião Costa da Silva (PFL)

Sebastião Helvécio Ramos de Castro (PPB)

Sebastião Navarro Vieira Filho (PFL)

Wanderley Geraldo de **Ávila** (PSDB)

Wilson de Oliveira **Trópia** (PV)

Wilson Pires Neves (PFL)

Em 19/5/97.

Observação: nome parlamentar em negrito.

* - Republicada em virtude do disposto no § 4º do art. 7º do Regimento Interno.

ATA

ATA DA 56ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO E LAZER

Às nove horas e trinta minutos do dia sete de maio de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados José Maria Barros, José Henrique, Gilmar Machado e Sebastião Navarro Vieira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado José Maria Barros, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Gilmar Machado que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A seguir, a Presidência informa que a reunião se destina a ouvir os Srs. João Batista dos Mares Guia, Secretário Adjunto da Educação, representado pelo Prof. Joaquim Antônio Gonçalves, Coordenador da Reforma do Ensino Médio; Abílio Afonso Baeta Neves, Secretário de Educação Superior do MEC, representado pelo Sr. Domingos Sávio Spézia, Gerente de Projetos de Desenvolvimento Institucional da Secretaria de Educação Média e Tecnológica do MEC; Carlos Alexandrino dos Santos, Diretor-Geral do CEFET, representado pelo Prof. Geraldo Lino Soares, Diretor de Ensino do 2º grau do CEFET; Elcio Queiroz Braga, Presidente da Associação dos Docentes do CEFET; Maurício de Moura Marques Júnior e Gustavo Alves Fonseca, membros do grêmio do CEFET, que irão debater as modificações que ocorrerão no ensino profissionalizante, em particular nas escolas técnicas federais, com a vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Após, a Presidência convida os expositores a tomarem assento à mesa e registra a presença da Sra. Jacqueline Moreno Theodoro Silva, Diretora de Políticas Sociais do Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais do Ensino Superior de Belo Horizonte, e do Sr. Cristiano Andrade Noronha, Presidente do grêmio do CEFET. Inicialmente, o Presidente, autor do requerimento que motivou esta reunião, tece suas considerações iniciais. A seguir, concede a palavra aos convidados para que discorram sobre o assunto em pauta. Passa-se à fase de debates, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos convidados, dos demais participantes e dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de maio de 1997.

José Maria Barros, Presidente - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Navarro Vieira - Gilmar Machado.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 258ª REUNIÃO ORDINÁRIA

DELIBERATIVA, A REALIZAR-SE EM 20/5/97

1ª Parte (Pequeno Expediente)

(das 14 horas às 15h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência. Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Discussão e votação de pareceres e votação de requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.105/97, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Formiga imóvel que menciona. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela sua aprovação.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.106/97, do Governador do Estado, que autoriza o DER-MG a doar imóvel ao Município de Serra do Salitre. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.107/97, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Cachoeira de Pajeú. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela sua aprovação.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.108/97, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Ipuiúna imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela sua aprovação.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.111/97, do Governador do Estado, que modifica e acrescenta dispositivos à Lei nº 11.397, de 6/1/94, que cria o Fundo para a Infância e a Adolescência e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Saúde e Ação Social opina pela sua aprovação. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Prosseguimento da votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.284, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 1997. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.261, que dispõe sobre a cobrança de multa por infração das normas de trânsito. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.276, que cria o Programa Estadual de Conservação de Água. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.281, que assegura o oferecimento gratuito, pelo Estado, do exame para diagnóstico de deficiência de alfa-1-antitripsina e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.289, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito com a União para o fim que menciona e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 1.077/96, da Mesa da Assembléia, que contém o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 29, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 741/96, do Deputado Durval Ângelo, que cria a Ouvidoria da Polícia do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão

de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Administração Pública.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 64ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente, a realizar-se às 9h30min do dia 21/5/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Realização de audiência pública destinada a ouvir Prefeitos Municipais do Estado, que discutirão os problemas decorrentes da atividade de exploração de areia e cascalho para uso imediato na construção civil.

Convidados: Srs. Luiz Miranda Resende, João Eustáquio, Paulo Barbosa Diniz, Altary de Souza, Osvaldo R. de Paula, Vicente Paiva, Geraldo Fernandes, Luiz França, Joaquim Pereira de Souza, Moisés M. Pereira, Rogério Zerlotine, Ademir Dutra de Carvalho e Antônio Pereira de Moraes, respectivamente, Prefeitos Municipais de Entre-Rios de Minas, Belo Vale, Carandaí, Congonhas, Cristiano Otóni, Conselheiro Lafaiete, Jeceaba, Moeda, Queluzito, São Brás do Suaçuí, Lagoa Dourada, Casa Grande e Desterro de Entre-Rios.

Ordem do dia da 43ª reunião ordinária da comissão de Direitos E Garantias Fundamentais, a realizar-se às 9h30min do dia 21/5/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão:

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 547/95, do Deputado João Leite.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.146/97, do Deputado João Leite.

Ordem do dia da 57ª reunião ordinária da comissão de Agropecuária e Política Rural, a realizar-se às 10 horas do dia 21/5/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 13.321

Nos termos do Regimento Interno, convoco os Deputados Jorge Hannas, João Leite, Durval Ângelo e Luiz Fernando Faria, membros da Comissão supracitada, para a reunião a ser realizada no dia 21/5/97, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de apreciar o parecer do relator.

Sala das Comissões, 19 de maio de 1997.

José Henrique, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Comissão Parlamentar de Inquérito para, no Prazo de 120 Dias, Investigar a Falta de Repasse do Tesouro Estadual ao IPSEMG e, ainda, Apurar os Motivos Que Levaram às Irregularidades no Gerenciamento do Instituto

Nos termos do Regimento Interno, convoco os Deputados Miguel Martini, Sebastião Costa, Luiz Fernando Faria, Anderson Adatao, Gilmar Machado e Carlos Pimenta, membros da Comissão supracitada, para a reunião a ser realizada no dia 21/5/97, às 16 horas, no Plenarinho III, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente, de se designar o relator e de se programarem os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de maio de 1997.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

255ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA

Discursos Proferidos em 13/5/97

O Deputado João Batista de Oliveira - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de dar início ao meu pronunciamento, gostaria de fazer um comentário, repetindo um ditado muito usado pela minha avó, eu vi com estes olhos que a terra há de comer, que havia tortura no DEOESP. Vi o aparelho desmontado e os encaixes na parede. Agora, perplexo, vejo nos jornais de hoje o resultado da perícia. Não vou questionar aqui o resultado dos profissionais peritos, mas se for realmente o que eles viram, com certeza a sala chamada igreja foi maquiada nas dependências do DEOESP para apagar os vestígios. Como membro do Poder Legislativo, sinto-me afrontado pelo aparelho repressor do Estado. Acho que essa é uma afronta que deveria ser sentida por toda a nossa instituição e entendo que deveríamos nos posicionar a respeito, porque é impossível que a palavra de quatro Deputados presentes e dos representantes do Ministério Público que viram a mesma coisa seja falsa e seja achincalhada perante a opinião pública. Posteriormente, vamos discutir o assunto na CPI, mas quero repetir que vi e vou insistir sempre nesta afirmativa; nunca voltarei atrás com minha palavra.

Passo agora ao meu pronunciamento. Iniciado há pouco o debate sobre a transferência para as entidades assistenciais e previdenciárias das categorias profissionais da justiça de parte dos recursos originados no aumento de 20% no valor de custas e emolumentos por atos extrajudiciais - com a qual projeto de lei de minha autoria em tramitação pretende acabar - já começam a surgir suspeitas do uso inadequado desses recursos.

Foi ninguém menos que o Presidente da seção mineira da OAB, Raimundo Cândido Júnior, que levantou publicamente a suspeita de que a Caixa de Assistência dos Advogados - beneficiada no primeiro trimestre deste ano com R\$611.256,00 - estaria aplicando os recursos recebidos do Estado em campanhas fora de seus objetivos estatutários.

Não será estranho, portanto, se no futuro vier a se apurar que parcela dos recursos originados nas chamadas meias-custas teve realmente emprego diverso daquele previsto na Lei nº 12.427, de 1996, que manteve os privilégios previdenciários das categorias profissionais da justiça. Podem, perfeitamente, ser sintomas dessas aplicações indevidas a que se refere o atual Presidente da OAB-MG as inúmeras campanhas publicitárias recém-promovidas pela Caixa e detectáveis nos muitos "outdoors" espalhados pela Capital.

Como bem intuiu o jornal "Estado de Minas" na matéria publicada no dia 9 de maio, o que o Presidente da OAB-MG quis dizer com a expressão uso impróprio é que recursos da Caixa de Assistência dos Advogados estariam sendo usados em campanha eleitoral. A Ordem, como se sabe há um bom tempo, realizará eleições em novembro. E tanto o atual Presidente quanto o Presidente da Caixa de Assistência, Jacob Máximo, são candidatos declarados à presidência da seção de Minas Gerais.

Ainda que a suspeita levantada pelo atual Presidente - um notório defensor do repasse de parte dos recursos originados no aumento de preço de custas e emolumentos por atos extrajudiciais para a previdência dos advogados - não passe de um mero lance no intrincado tabuleiro de xadrez da sucessão na OAB mineira, há que se considerar a possibilidade de malversação de parte dos recursos recebidos do Estado pela Caixa de Assistência. Mas há que se considerar, principalmente, que os recursos que podem estar se prestando a supostos desvios não deveriam nunca estar sendo repassados à entidade pela sociedade mineira por meio do poder público.

É para se indagar por que categorias profissionais da justiça, especialmente a dos advogados, têm que ter sua previdência e sua assistência social custeadas pelo erário público. Só porque o advogado é o elemento integrante e indispensável à administração da justiça, como determina o art. 133 da Constituição Federal? Nesse caso, a vantagem especial com que contam hoje os advogados teria que ser extensiva a todas as categorias de profissionais liberais e a todos os segmentos das classes trabalhadoras, já que eles, mais do que necessários à operacionalização da justiça, são fatores integrantes e indispensáveis à construção da riqueza nacional, ainda que isso não seja reconhecido pela Carta Magna.

Não importa que o custeio da previdência e da assistência social das categorias profissionais da justiça e, em especial, dos advogados, ocorra desde 1942, quando estava em vigor o Estado Novo - que montou as bases do sistema corporativo brasileiro. Se os privilégios dessas categorias tiveram início em uma ditadura, que tenham fim agora, num momento em que a sociedade brasileira redemocratizada luta para dar ao Estado o papel de promotor do bem-estar social.

A continuidade dos repasses para a assistência e a previdência social dos profissionais da justiça significa que continua de pé um dos muitos entraves que impedem o Estado de ir ao encontro de sua verdadeira vocação. Há que se revelar, com toda a certeza, que os recursos públicos que sustentam as vantagens especiais dessas categorias funcionais contribuem para retirar do poder público a capacidade de investir em programas sociais.

É preciso que a sociedade saiba que, segundo dados oficiais, R\$453.923,70 foram repassados às entidades das categorias profissionais da justiça apenas no mês de março de 1997. Nesse período, só a Caixa de Assistência dos Advogados recebeu R\$204.265,66.

Os recursos repassados mensalmente às entidades da justiça seriam suficientes para permitir, Sr. Presidente, a construção de 90 casas populares, a aquisição de 20 ambulâncias e 25 viaturas policiais ou, ainda, a perfuração de 45 poços artesanais na área das secas no Estado. Poderiam custear também a construção de cadeias penitenciárias como a de Itaúna, considerada padrão pelo Ministério Público do Estado. A cada dois meses, esses recursos poderiam ser usados para comprar equipamentos médicos de ponta, como os tomógrafos, até hoje ausentes nos hospitais públicos mineiros.

Cabe a nós, Deputados à Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, colocar fim às vantagens especiais das categorias profissionais da justiça, aprovando o projeto de lei de minha autoria que dispõe sobre a matéria e que, em breve, estará sendo apreciado em Plenário e direcionar os recursos que alimentam até agora os privilégios de advogados, Juizes, promotores e serventários para os programas sociais de interesse do povo do Estado de Minas Gerais.

Essa é, sem dúvida, uma tarefa que honrará nossos mandatos e dará à história, com sua reconhecida capacidade de passar a limpo o passado e dar aos fatos e aos sujeitos políticos sua exata dimensão, a grande oportunidade de nos avaliar positivamente; de reconhecer em nós os agentes de uma justa mudança reivindicada por nossa sociedade e requerida pelo nosso tempo.

O Deputado Paulo Schettino (Em aparte) - Deputado João Batista de Oliveira, quero parabenizá-lo e hipotecar minha total solidariedade ao projeto de V. Exa. Votaremos a favor dele, porque o consideramos muito bem elaborado, como são, geralmente, todos os que partem de V. Exa.

Mas, com relação à primeira afirmação de V. Exa., sobre a "igrejinha", sala de tortura do DEOESP, respeito a opinião de V. Exa., porque sou daqueles que entendem que idéia se combate com idéia. Faço questão absoluta de respeitar a opinião de todo mundo, mas quero dizer a V. Exa. que também estive lá e não vi nenhuma sala de tortura.

O que vi no DEOESP foi um banheiro antigo e mal-conservado. Evidentemente, os presos falaram que ali era a "igrejinha", onde havia tortura, mas, sinceramente, acho que no clima criado ali dentro, com todos os presos falando, isso é normal. V. Exa. talvez não saiba, mas, em regra geral, o preso reclama. Quando vai à justiça, ele diz que apanhou para confessar algum delito, ele sempre está se queixando, principalmente aqueles recolhidos ali. Lembro-me bem de que um dos presos era um seqüestrador, ex-policia militar no Rio de Janeiro, um preso já vivido, um preso rodado, como dizemos, um preso "linha de frente". Ele foi o primeiro a se referir à "igrejinha", que seria a sala de tortura. Não vi nenhuma sala de tortura. V. Exa. se recorda muito bem, por exemplo, de um ferro que existia lá. Esse ferro era varal de uma outra sala de presos, mas eles falaram que era da sala de tortura. Respeito V. Exa., acho que tem toda razão de fazer o seu pronunciamento, mas discordo inteiramente, porque aquele lugar é um banheiro velho e desativado. Muito obrigado.

O Deputado Irani Barbosa (Em aparte)* - Deputado João Batista de Oliveira, gostaria de me ater a parte do projeto que V. Exa. apresenta, porque acho que a polícia tem o papel dela, e, se formos na conversa do presidiário, acharíamos que não deveria haver presídios no País, deveria haver, talvez, uma colônia de férias, porque é a única coisa que atende às reivindicações deles hoje.

Quanto ao projeto que trata dos recursos ora desviados para atender interesses particulares dos advogados de Minas Gerais, gostaria de dizer a V. Exa. que vou fazer uma sugestão e, talvez, uma emenda ao projeto de V. Exa. para que esse dinheiro que hoje vai para assistência dos advogados seja revertido em assistência médica e odontológica até mesmo dos presidiários, porque seria o mais correto. Acho que é mais importante atender aquele que não tem, oferecer assistência a ele do que fazer as vezes dos advogados de Minas Gerais, que estão adotando tese de fazer cortesia com o chapéu dos outros. Eles atendem seus associados com o dinheiro de toda a coletividade. Para eles eu digo o seguinte: "Quer mordomia?" Existe aquela frase: "Vai trabalhar, vagabundo!"

O Deputado João Batista de Oliveira - Agradeço os apartes dos colegas Deputados Paulo Schettino e Irani Barbosa e gostaria de acrescentar, caros colegas, um raciocínio que fizemos ao elaborar o projeto de que falei: o povo de Minas Gerais, que passa a noite nas filas para conseguir uma consulta médica e às vezes nem consegue, ou, pior do que isso, morre por falta de assistência médica, ainda paga 20% a mais por uma certidão de óbito, para sustentar um hospital de elite que atende advogados e suas famílias. Acho que isso é uma agressão ao povo de Minas Gerais, e, com esse projeto ora tramitando na Casa, temos oportunidade de revogar essa lei e colocar um fim nesse privilégio inaceitável nos dias de hoje. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta - Exmo. Sr. Presidente, Srs. Deputados, o maior exemplo de que a persistência e o interesse político podem superar obstáculos e conseguir resultados importantes para uma região ficou demonstrado na autorização do DNER em recuperar o trecho da BR-135 que liga Montes Claros a Bocaiúva.

Por ocasião da inauguração da ponte sobre o rio São Francisco, estivemos com o Governador Eduardo Azeredo e lhe entregamos uma solicitação para que a União repassasse recursos ao Estado a fim de que se iniciasse essa obra que é fundamental para o escoamento da produção do Sul e do Sudeste do País em direção ao Nordeste.

Após a inauguração do asfalto da BR-251 pelo Governador de Minas, essa estrada tem enfrentado muitas dificuldades, recebendo mais de 5 mil carretas por dia, sem as condições para um tráfego tão intenso. Foram muitos os acidentes que aconteceram, colocando em risco a segurança de milhares de passageiros e motoristas. Na ocasião, o Ministro dos Transportes, Sr. Alcides Saldanha, e o Diretor-Geral do DNER, Sr. Maurício Borges, comprometeram-se a nos ajudar, e hoje, para alegria nossa e de todos os que passam pela BR-135, as obras tiveram início.

Todos nós sabemos que os assuntos sociais são os mais importantes para qualquer governante, e não poderia ser diferente. Entretanto, os investimentos de infra-estrutura dos Estados, os recursos que são empregados no setor viário e as ajudas aos municípios para que eles consertem suas estradas e façam seus projetos de urbanização ocupam as prioridades não só dos que detêm o poder, como também da população em geral, que quer melhor qualidade de vida.

O Estado de Minas Gerais precisa ser mais agressivo nas suas reivindicações. Em Brasília, há recursos para as dificuldades que estamos enfrentando e que não conseguimos resolver com recursos próprios do Tesouro Estadual. Volta e meia algum Deputado Federal tem oferecido aos Prefeitos propostas de obras em diversos setores, demonstrando que a fonte dos recursos está em Brasília e que basta ter conhecimentos e vontade política para consegui-los.

O Programa Comunidade Solidária é uma verdadeira fonte de recursos para os municípios pobres. Por meio dele, poderemos conseguir verbas para serem aplicadas em praticamente todos os setores, sejam eles sociais ou de infra-estrutura urbana e rural. Nosso Estado tem que se fazer mais presente. É necessário usarmos de toda força política que dispomos para que possamos estar ao lado dos Estados nordestinos, hoje os principais consumidores dos recursos disponíveis. O nosso Governador tem prestígio de sobra com o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Tem como mostrar à Coordenadora do Programa Comunidade Solidária, Sra. Ruth Cardoso, que Minas Gerais também é um Estado pobre, da metade para cima.

Em agosto deste ano, ocorrerá em Brasília uma reunião para que avaliem a possibilidade de inclusão de novos municípios no Programa Comunidade Solidária. Esse é o momento de o Governador estar presente e jogar duro, não abrir mão da inclusão de todos os municípios do Noroeste, do Norte de Minas e do vale do Jequitinhonha. Será a última oportunidade de ter acesso aos recursos federais para aplicar na aquisição de ônibus escolares, na saúde, no esporte, na agricultura, na educação, no saneamento básico - tudo isso a fundo perdido, sem financiamentos.

Queremos ainda ressaltar que o Governo de Minas tem que priorizar a SUDENE como instrumento real de desenvolvimento regional. O vale do Jequitinhonha está prestes a ingressar como integrante da área mineira, o que mostra mais uma vez a vitória do querer político do Governador Eduardo Azeredo, dos Deputados Federais e dos Senadores mineiros. As reuniões que acontecem regularmente no conselho deliberativo do órgão não podem ficar sem a presença do Governador ou do Vice-Governador, porque é exatamente durante elas que ocorrem as deliberações e as aprovações de projetos. O último que foi aprovado trouxe para nosso Estado recursos no valor R\$100.000.000,00, que estão sendo empregados no Norte de Minas e que possibilitarão a extensão da telefonia celular a todos os municípios norte-mineiros. Muitas indústrias poderão ser implantadas na área mineira da SUDENE e usufruir de benefícios e incentivos fiscais como a isenção de impostos federais por dez anos. Mas, para que aconteça esse despertar de interesses, é necessário, além do prestígio, a presença dos nossos governantes.

Por último, é bom lembrar que as pequenas ações devem fazer parte dos nossos interesses. Temos que estar atentos e aproveitar todas as oportunidades, porque senão corremos o risco de entrar na contra-mão do progresso. Vou dar um exemplo: o Governo Federal garante o pagamento do preço mínimo do milho mediante comprovação de depósito do produto em um armazém oficial. Munido do comprovante de armazenamento, o produtor procura o Banco do Brasil e recebe uma certa quantia, em torno de R\$6,00 por saca de milho. A partir daí, tem três meses para negociar sua mercadoria e acertar com o Banco. Se o produtor não conseguir melhor preço, o Governo passa a ser o legítimo proprietário do milho armazenado e o negocia na Bolsa de Uberlândia ou de Goiânia. Os Estados nordestinos têm uma ajuda subsidiada de 50%; adquirem o produto por R\$3,00 a saca. Esse benefício é fundamental para as indústrias instaladas no nosso Estado e para o próprio comércio, que utiliza o milho como matéria-prima, mas, infelizmente, ele não está disponível no preço subsidiado para a área mineira da SUDENE. Tão logo tivemos conhecimento dessa medida que discrimina Minas Gerais, mantivemos contatos com o Senador Arlindo Porto, Ministro da Agricultura, e com os Deputados Federais, e solicitamos uma intervenção para reverter o atual quadro. Até agora nem resposta tivemos. Vamos aproveitar a presença do Presidente da República em Jaíba nesta quinta-feira e, com a ajuda do Governador, solicitar que ele nos socorra nessa reivindicação, sob pena de assistirmos, mais uma vez, a saída das nossas indústrias para os Estados vizinhos, como a possibilidade real da SOMAI Nordeste, instalada em Montes Claros, que pleiteia transferir-se para a cidade de Guanambi, na Bahia.

Em nosso encontro com o Senador Arlindo Porto, passamos a ele essa preocupação dos produtores de Minas Gerais. Infelizmente, até agora não tivemos resposta alguma. Recorremos aos Deputados Federais, porque corremos o risco, Srs. Deputados, de ver as indústrias saírem de Minas e irem para o Estado vizinho da Bahia, porque lá se compra o milho que é negociado e produzido em Minas pela metade do preço. Com ações dessa natureza, devemos tomar cuidado; precisamos vê-las com muito apreço e, principalmente, muita responsabilidade.

Quero terminar meu pronunciamento dizendo que na próxima quinta-feira o Presidente da República estará em Jaíba, juntamente com nosso Governador. Lá eles ouvirão uma série de reivindicações. Tenho certeza absoluta de que o Presidente vai encontrar pela frente o melhor e maior exemplo de reforma agrária do País. Jaíba precisa, mais do que nunca, de incentivos. Neste momento, os projetos empresariais estão se desenvolvendo, os empresários estão querendo investir e construir no Jaíba. A presença do Presidente da República e do Governador é fundamental para o maior projeto de irrigação da América Latina. Muito obrigado.

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, ocupamos esta tribuna, nesta tarde, para abordar dois assuntos. Antes disso, queríamos saudar e parabenizar o Deputado Miguel Martini, que foi escolhido, em Brasília, na semana passada, 1º-Vice-Presidente da União Nacional dos Legislativos e, como Presidente, o Deputado Geraldo Magela, do PT do Distrito Federal. Ao Deputado Miguel Martini, os nossos parabéns e a nossa saudação, com a certeza de que fará um grande trabalho nessa entidade, fazendo com que tenha uma outra cara, como já começou a demonstrar a UPL. Nossos parabéns.

O Deputado Miguel Martini (Em aparte)* - Eu gostaria de aproveitar e agradecer ao Deputado Gilmar Machado por essa deferência, lembrar a todos nós que Minas está sendo representada com a 1º-Vice-Presidência através da nossa pessoa e que a UNALE demonstrou uma grande unidade. Quero dizer, também, que o Deputado Geraldo Magela, do PT de Brasília, uma grande figura, um grande idealista, um homem ético e sério, foi eleito Presidente. Isso mostrou que a entidade não tem cor partidária, defende o Legislativo, independentemente das diferenças ideológicas. Essa é a proposta da UNALE, que quer trabalhar pelo fortalecimento do Legislativo e, principalmente, pela capacitação e por melhores condições, para que cada parlamentar, em seu Estado, possa desenvolver bem o seu trabalho, a fim de ocupar um espaço maior. Os Legislativos Estaduais, hoje, estão impedidos de legislar, por um lado, pelo Congresso Nacional, que tem a prerrogativa da maioria dos projetos e, por outro lado, pelo Executivo. Então, temos que, pela nossa união, abrir esse espaço para legislar, fortalecendo o federalismo neste País e, principalmente, trabalhando para que cada parlamentar tenha melhores condições de desenvolver bem o seu

mandato. Agradeço a V. Exa. e digo que todos nós ficamos felizes por ter o Deputado Geraldo Magela, do PT, como Presidente, principalmente por termos demonstrado grande unidade no momento da escolha, que foi por aclamação, sem concorrentes, por entendermos que, naquele momento, aquela diretoria poderia continuar essa proposta da UNALE. Muito obrigado.

O Deputado Gilmar Machado - Nós é que agradecemos. Gostaríamos de, realmente, parabenizá-lo e desejar-lhe sucesso na nova empreitada, em nome dos Deputados de Minas Gerais.

Queremos abordar dois assuntos: o primeiro é relacionado ao Fundo de Estabilização Fiscal, que será votado até o final de junho, no Congresso Nacional; o segundo diz respeito à situação financeira dos Bancos estaduais de Minas Gerais, sobre o que já vínhamos falando há muito tempo.

Em primeiro lugar, o Fundo de Estabilização Fiscal, que foi criado, primeiramente, com o nome de Fundo Social de Emergência, no final do Governo Itamar e início do Governo Fernando Henrique, propunha a retirada de 20% dos recursos que seriam destinados aos Estados e municípios para a constituição desse Fundo. Os recursos do Fundo seriam utilizados, num primeiro momento, para atender, emergencialmente, a questões essenciais, como a saúde e a educação. Como sempre, o Governo começa a utilizar o mecanismo de que é preciso gastar em saúde e educação para criar esses fundos. E o que nós vimos? Vimos que o Governo Federal criou o Fundo Social de Emergência, mas, na verdade, não havia nada de emergência, e o Governo começou a utilizar o dinheiro para outras coisas. Com os 20%, o Governo sai fora dos recursos que são vinculados, fazendo com que o Governo Federal tenha condições de gastar sem ter que dar satisfação, sem ter que passar pelo orçamento já definido, que é votado pelo Congresso Nacional. Depois, o Governo prorroga e muda o nome, porque, na verdade, não havia emergência nenhuma. Ai, o que vemos? Vemos o Governo Federal criando o Fundo de Estabilização Fiscal. E esse Fundo, segundo o Governo, seria para resolver o problema do déficit. E vimos que, até hoje, o déficit público continua elevado em virtude das altas taxas de juros. A saúde e a educação continuam sem receber nada, e Estados e municípios estão perdendo recursos. E estamos vendo, agora, que o Presidente Fernando Henrique envia, de novo, para o Congresso Nacional, projeto para tentar, através dessa emenda à Constituição, a prorrogação desse Fundo Social de Emergência, cujo término seria no próximo dia 30 de junho. A intenção é estendê-lo até 1999.

Na semana passada, o Deputado Ronaldo Vasconcellos já fazia esse alerta. Queremos dizer, hoje, que o Governo de Minas Gerais, no ano de 1996, teve uma perda de R\$143.545.538,00, junto com as Prefeituras. Estivemos em Brasília, na semana passada, para o encontro da UNALE e aproveitamos para nos inteirar dessa questão do Fundo de Estabilização Fiscal. Temos à disposição de todos os Deputados a relação, município por município, do que cada um perdeu no ano passado e a previsão de perda para o próximo ano. Veremos que Minas Gerais perdeu, no ano de 1996, R\$143.545.538,00 e vai perder, no ano de 1997, mais de R\$183.000.000,00. Esse dinheiro é três vezes mais do que aquele que o Deputado José Militão, através de emenda ao "Robin Hood", quer repassar para os municípios. Com esse Fundo de Estabilização Fiscal, os municípios do Estado perdem dinheiro.

Queremos exortar os Deputados para que solicitem ao Governo do Estado que se posicione contra, assim como uma frente de Prefeitos, liderada pelo Prefeito de Belo Horizonte, Célio de Castro, que já se posicionou contra junto ao Presidente da República. Os 30 Prefeitos do PT já se estão mobilizando junto aos demais, e queremos que haja um grande movimento em Minas contra esse Fundo de Estabilização Fiscal, porque ele vem retirando recursos dos municípios pobres. Muito mais do que vão receber com o "Robin Hood", vão perder com o Fundo de Estabilização Fiscal. Com isso, os Prefeitos vão continuar na mão do Governo Federal, de pires na mão.

Queremos fazer esse alerta porque não podemos continuar perdendo com essa situação. Cada Deputado, se quiser, pode conferir quanto a sua cidade vai perder. Depois, o Governo vem dizer que não há dinheiro para reajustar salários de servidores, que não há dinheiro para a saúde, que não tem condições de atender ao Hospital das Clínicas de Belo Horizonte, que está desativando leitos porque o Governo Federal está concentrando, de novo, os recursos em Brasília. Não podemos concordar com isso.

O Deputado Ronaldo Vasconcellos (Em aparte)* - Nobre Deputado Gilmar Machado, gostaria de parabenizá-lo pela iniciativa de expor, até de uma maneira bem organizada, sua posição contrária à prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal. V. Exa. lembrou que, na semana passada, eu já levantava essa questão. Eu queria exortar os 77 Deputados, inclusive o nosso Presidente, Deputado Romeu Queiroz, que é um municipalista convicto, e também o Governador do Estado, Eduardo Azeredo, a quem vou levar essa questão na tarde de hoje, para que façamos um trabalho sério nesse sentido, exortando todas as lideranças políticas, principalmente os Prefeitos.

Sr. Deputado, conversando sobre o assunto com alguns Prefeitos, ficamos preocupados, porque suas prefeituras entraram, em janeiro de 1997, com esse rombo no caixa. Então, não estão sentindo a medida do Governo Federal, porque já entraram com um desconto de 20% do Fundo de Estabilização Fiscal. E são Prefeitos de cidades grandes, nobre Deputado. Precisamos do apoio dos Deputados desta Casa, dos segmentos da comunicação social, da imprensa, do rádio, da televisão, para mostrar a Minas Gerais e a todo o Brasil aquilo que o Governo principesco de S. Exa. o atual Presidente da República está fazendo: tomando dinheiro dos municípios, às vezes pequenos. Uma cidade, por exemplo, que hoje arrecada R\$60.000,00 de FPM deveria estar arrecadando, na verdade, R\$75.000,00. Perde R\$15.000,00 por mês, e esse dinheiro fica onde? Em Brasília, e é distribuído da maneira mais maléfica possível, porque sabemos como as coisas devem funcionar em Brasília.

Estou tendo oportunidade, Sr. Presidente, de mandar para todos os Prefeitos com os quais tenho ligações políticas o nosso requerimento que está tramitando na Casa. Vou mandar, também, para todos os Prefeitos do meu partido, o PL, e acho que estamos no caminho certo. Muita gente, Deputado Gilmar Machado, chorou na questão do Robin Hood, e está perdendo muito mais com esse Fundo de Estabilização Fiscal. A Prefeitura de Belo Horizonte, se o Fundo for prorrogado até 1999, perde R\$40.000.000,00. É dinheiro demais para a União ficar e não deixar Belo Horizonte ser administrada. Parabéns ao nobre Deputado Gilmar Machado, vamos juntos nessa trincheira. Acho que os Deputados desta Casa deveriam colaborar muito mais não com o trabalho do Deputado Gilmar Machado ou do Deputado Ronaldo Vasconcellos, mas com os municípios mineiros que eles procuram representar nesta Casa.

O Deputado Gilmar Machado - Muito obrigado, Deputado Ronaldo Vasconcellos. Exortamos o Presidente da Assembléia, Deputado Romeu Queiroz, que tem feito o grande trabalho de procurar uma maior participação e interiorização da Assembléia, para que possamos, realmente, fazer a defesa dos municípios. O cidadão mora no município, e, não, em Brasília. Brasília é a Capital e concentra tudo, Fernando Henrique quer tudo na mão, para que os Prefeitos fiquem de pires na mão, os Governos dependendo de tudo, e os hospitais desativando leitos, sem condições. Enquanto isso, o cidadão, no município, passa dificuldades, e há dinheiro que vai ser concentrado.

Então, temos tempo, a votação é no final de junho, é preciso que será nos mobilizarmos e mandado o apoio e a solidariedade dos Deputados mineiros contra a prorrogação. Estamos fazendo um requerimento para mandar para Brasília e queremos o apoio de todos os Deputados que, de fato, se interessam e estão preocupados com a perda de recursos que os municípios estão tendo. Esperamos contar com a solidariedade e o apoio de todos os parlamentares.

Para encerrar, gostaríamos de falar sobre a situação financeira dos Bancos. O Líder da Bancada do PT, Deputado Marcos Helênio, está entrando com um requerimento propondo a criação de uma Comissão Especial para estudar a situação do sistema financeiro. Não é possível vermos o Governo do Estado e, em especial, a Secretaria da Fazenda aplicar R\$1.100.000.000,00 no CREDIREAL, para vender o Banco em torno de R\$80.000.000,00 a R\$100.000.000,00. Não dá para entender porque o Governo faz isso. O Secretário da Fazenda diz que está preocupado com os funcionários, e digo que é mentira, porque quando ele esteve na Presidência do CREDIREAL, mandou para a rua mais de 3.200 pessoas, e, hoje, o CREDIREAL tem menos de 2 mil funcionários. Como está preocupado, se ele mesmo demitiu mais de 3.200? Se fizessem a liquidação do CREDIREAL, todos os funcionários receberiam. E, hoje, se liquidassem o CREDIREAL, com os bens que teria, daria para pagar, se tivesse que completar, pouco mais de R\$100.000.000,00. E o que faz o Governo? Coloca mais de R\$1.100.000.000,00, para vender o Banco por R\$80.000.000,00 a R\$100.000.000,00.

Não podemos continuar convivendo com isso. Não há dinheiro para a saúde, a educação, nem para reajustar salários de servidores, porque ficam cobrindo rombos de Bancos para depois entregá-los para Bancos internacionais, como já ocorreu com o Bamerindus, com o Econômico e outros. Não podemos aceitar. Sabemos por que o Secretário da Fazenda, João Heraldo, não quis liquidar o Banco: é porque foi Presidente dele, e, num processo de liquidação, os ex-Presidentes têm seus bens penhorados, e ele não quer, logicamente, ficar comprometido e está com medo.

Queremos e vamos discutir, vamos continuar examinando e investigando essa questão, porque não podemos continuar convivendo e aceitando que o Governo continue enterrando o dinheiro do povo nos Bancos. O Banco é falido e querem entregar? Vamos discutir a melhor forma, mas tem que ser discutido. Agora estão desmontando o BEMGE, com o Programa de Desligamento Voluntário, fechamento de agências e outras coisas, inclusive dispensa de servidores, e queremos discutir a real situação.

Esperamos que esta Casa, de fato, aprove a constituição dessa Comissão Especial para examinar a situação do sistema financeiro, porque não podemos continuar convivendo com isso. Faltam recursos para os funcionários, a saúde, a educação, só não faltam para os banqueiros. Temos que parar com isso, Minas Gerais não pode continuar sendo um clone de Brasília, o Secretário João Heraldo não pode ser um clone de Malan. Precisamos inverter essa situação e, tenho certeza, com a participação dos Deputados, que são os verdadeiros representantes do povo. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Elbe Brandão* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhores presentes às galerias, imprensa, gostaria de iniciar a minha fala lembrando a frase de uma poesia: "A lucidez não pode chegar no limiar da alma". Acredito que o político cidadão, principalmente, tem que buscar as suas ações, às vezes, muito mais na alma do que na lucidez. E, com isso, manifesto meu repúdio a respeito da não-possibilidade da vinda das cubanas para discutir um encontro paralelo ao das Américas.

Ontem tivemos, aqui na Casa, uma reunião de mulheres da América Latina, com a presença da Senadora Júnia Marise, da Deputada Federal Maria Elvira, da Jô Moraes, do Movimento Suprapartidário e da Laura Velasquez, Presidente da associação de mulheres que discutem o MERCOSUL. É muito triste vermos o Brasil, um País que busca avançar e consolidar a democracia, permitindo que tais coisas aconteçam.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, gostaríamos de parabenizar o Deputado Paulo Piau, Presidente da Comissão de Agricultura, pelo trabalho de reforma agrária que estamos desenvolvendo. Penso e acredito na possibilidade de dar o melhor desta Casa para o povo mineiro e para os pequenos produtores. Nesse sentido, tivemos a visita do Sr. João Batista a Bocaiúva, a Dolabela, onde já estamos iniciando a reforma agrária e teremos assentadas em torno de 800 famílias. Passo, agora, à leitura de uma carta, que me foi enviada pelo meu companheiro Ricardo Veloso, Prefeito Municipal de Bocaiúva. (- Lê:)

"Prezada Deputada, temos o prazer de comunicar a V.Exª que recebemos a visita do Dr. João Batista dos Mares Guia, principal Assessor do Governo de Minas para Assuntos de Reforma Agrária, na última sexta-feira, dia 9 de maio.

A notícia que o Secretário trouxe não poderia ser melhor. Com certeza, ela coroou com êxito as nossas lutas e a luta de um povo que se arrastou por mais de sessenta anos para construir a maior riqueza agrícola e industrial de Bocaiúva, a Industrial Malvina do Engenheiro Dolabela.

A sensibilidade de nossos governantes falou mais alto para declarar as terras da velha usina de álcool e açúcar passíveis da reforma agrária que se iniciou naquele instante. Informo, ainda, que fui designado Presidente da comissão que tomará as providências que culminarão com a entrega definitiva dos títulos de propriedade aos seus mais legítimos donos.

Somos capazes de afirmar com a mais alta convicção que esse complexo projeto é um modelo exemplar de assentamento rural que certamente será um marco na história do Brasil, de Minas e, principalmente, de Bocaiúva.

Neste instante, permita-nos agradecer a V.Exª pela esperança e pelo forte empenho nessa questão. Temos, ainda, o dever de render homenagens ao Governo de Minas, que foi audacioso e corajoso ao tomar uma decisão inédita e absolutamente sensata, que mudará nossos rumos. Bocaiúva nunca mais será a mesma.

Esperando em breve o retorno da companheira a nossa querida terra, receba nossos cumprimentos com protestos de estima e grande consideração.

Cordialmente, Ricardo Afonso Veloso, Prefeito Municipal."

Deputado Paulo Piau, nobre Presidente, sentimos que nosso trabalho de parlamentares, de legisladores vem dando resultado, e que aquela Comissão trabalha com maestria na luta pela causa do povo mineiro. Gostaria, também, de fazer um pequeno comentário sobre a questão do nosso trem baiano, trem que hoje encontra-se parado em função da privatização da rede. Privatizar é preciso, em alguns momentos, mas desde que o povo não fique prejudicado. Tentaremos entregar ao Presidente Fernando Henrique Cardoso uma moção para que ele respeite o cidadão do Norte de Minas, aquele cidadão que usava o trem para levar a sua pequena produção até a cidade. O trem não representa apenas um meio de transporte, mas também um meio de economia, além de representar a nossa cultura. Podemos fazer com aprofundamento, com grandeza e maturidade, a junção de uma política econômica de privatização com o bem-estar de nosso povo.

E, por último, gostaria de agradecer ao "Estado de Minas", esse jornal que procura sempre estar alerta e atento aos nossos acertos e também aos nossos erros, por uma matéria publicada dia 17 de maio. Quando falei da perspectiva de geração de muitos empregos com o evento da ALCA é porque julgo o Brasil um país que tem lideranças políticas capazes de trazer investimentos para o nosso Estado e assim, como consequência, gerar empregos.

Prefiro acreditar que não seremos meros coadjuvantes, que não seremos como rato para gato na relação com os Estados Unidos. Estamos falando de US\$9.000.000.000,00 de PIB, dos quais os Estados Unidos detêm 2/3, e o resto dos países da América, 1/3. Precisamos, sim, lutar por investimentos. Temos o Projeto Jaíba, que, com um potencial de 100.000ha irrigáveis, só tem 6 mil implantados. Cada hectare irrigado gera, em média, 1,7 empregos. E nós precisamos de investimentos para tornar aquela terra produtiva e, como consequência, trazer emprego para a nossa região.

Agradecendo ao "Estado de Minas", agradeço a toda a imprensa mineira, que às vezes nos alfineta, mas também permite que nos retratemos perante o povo mineiro. Aqui agradecemos ao Presidente da Casa pelo canal 40, que permite que esta Assembléia, cada um de nós, possa exercer a democracia com grandeza, sabendo falar sim aos acertos e pedir desculpas quando erramos, tentando consertar o que foi feito.

O Deputado Paulo Piau (Em aparte) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputada Elbe Brandão, quero aproveitar o seu comentário a respeito das terras que vão ser destinadas à reforma agrária em Bocaiúva e Engenheiro Dolabela para dizer também que Minas Gerais está hoje na vanguarda em termos de política de reforma agrária, mostrando para o Brasil que é possível, junto com a União, administrar esse processo, cuja movimentação social hoje é muito intensa. Em reunião da Comissão Operacional da Reforma Agrária decidiu-se que os municípios também serão envolvidos nesse processo, porque o município é a célula que conhece todo cidadão, formando as suas comissões de reforma agrária.

Gostaríamos de fazer essa manifestação e registrar a participação de V. Exa. na Comissão de Agropecuária e Política Rural, sempre preocupada com as terras devolutas e com o processo de reforma agrária. Já que esse assentamento é na base eleitoral de V. Exa., ninguém melhor para ajudar no processo de divisão e distribuição e mesmo no acompanhamento desse processo, que envolve uma grande área. São 19.000ha e esperamos que o processo seja bem encaminhado e dê os resultados que a sociedade espera. Muito obrigado.

A Deputada Elbe Brandão - Muito obrigada, Deputado Paulo Piau. Para concluir, Sr. Presidente, gostaria de lembrar que Engenheiro Dolabela, que está no Município de Bocaiúva, já foi considerado pela UFMG como um dos maiores índices de subnutrição do País. Com certeza, aquele povo que vive a serviço de um grande latifúndio, de uma usina que não dá certo, de empresários que por lá passaram e não tiveram respeito e dignidade para com ele, terá suas casas, suas terras e poderá tornar-se um grupo de cidadãos dessas nossas Minas Gerais. Muito obrigada.

* - Sem revisão da oradora.

O Deputado Raul Lima Neto - Exmo. Sr. Deputado Romeu Queiroz, DD. Presidente da Assembléia Legislativa, que muito honra esta Casa e a todo o Poder Legislativo; Exmos. Srs. Deputados e Deputadas, meus senhores e minhas senhoras, estou encaminhando agora, ao Exmo. Sr. Presidente Romeu Queiroz requerimento de moção de repúdio, que pretendo ler.

- Lê requerimento em que solicita seja encaminhada ao Congresso Nacional moção de repúdio ao Projeto de Lei nº 1.151/95, da Deputada Federal Marta Suplicy, que disciplina a parceria civil registrada entre pessoas do mesmo sexo e dá outras providências, por atentar, a seu ver, contra o matrimônio - instituição civil que legitima o relacionamento entre um homem e uma mulher; contra a família - célula mater da sociedade - e contra os princípios basilares da Constituição Federal. A justificação do requerimento é a que se segue.

"Finalmente, na mais perfeita e imutável Constituição dada por Deus aos homens, está escrito: 'Com homem não te deitarás, como se fosse mulher; abominação é'. (Escrituras Sagradas, Levítico 18:22.) E o apóstolo Paulo, pelo Espírito de Deus, declara, no Novo Testamento, que não herdarão o Reino de Deus não só os que praticam tais abominações, mas também os que aprovam tais aberrações (Escrituras Sagradas, Romanos 1:29-32). E, em outro texto do apóstolo Paulo, lemos: 'Não erreis: nem os efeminados nem os sodomitas herdarão o Reino de Deus'. (Escrituras Sagradas, I Coríntios 6:10.)

É imprescindível que os parlamentares mineiros na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, representantes legítimos das famílias mineiras, estejam na vanguarda da rejeição desse projeto. É preciso, mais, que os Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, bem como todos os Líderes dos partidos que compõem o parlamento brasileiro e o Sr. Presidente da República recebam o texto desta moção, para que tomem conhecimento de nossa posição firme em defesa da família brasileira."

Sr. Presidente e Srs. Deputados, é com o coração comovido e é com sensibilidade que passo a pronunciar-me sobre essa moção de repúdio ao Projeto de Lei nº 1.151/95, da Deputada Federal Marta Suplicy, que propõe na verdade a legalização do casamento de pessoas do mesmo sexo, ou seja, homem com homem, mulher com mulher. Sei que, na sociedade brasileira e na mineira, existem muitos indivíduos que não somente aprovam essa iniciativa da Deputada Federal Marta Suplicy, como também praticam o homossexualismo. Sei que todas as pessoas nascem da mesma forma, são iguais perante a lei e perante Deus. Mas eu não poderia calar-me numa situação como essa, porque, se o fizesse, estaria traído a vocação política que Deus me deu. Sinto-me compelido por dois princípios: pelo princípio da vocação política e pelo princípio do conhecimento de Deus e de sua palavra, que me levam a dizer: não foi assim no princípio. Pelo contrário, Deus fez o homem e a mulher e disse: "Deixará o homem pai e mãe e se unirá à sua mulher e serão os dois uma só carne".

Vede bem, Srs. Deputados, a que época estamos chegando. Diz o apóstolo São Paulo, o maior evangelista neotestamentário, filósofo, cidadão greco-romano, de Tarso, judeu de nascimento, que a ira de Deus revela-se nos céus contra aqueles que mudam a verdade em mentira. Por essa razão a humanidade está tão degenerada, e o homem abandona a mulher para desonrar seu corpo, e a mulher abandona o homem para desonrar seu corpo e entre si cometem torpeza varão com varão, mulher com mulher.

Diz a palavra de Deus, na mais perfeita Constituição jamais escrita, que isso é abominação a Deus, e todos aqueles que conhecem História, que estudaram História sabem que, em todas as civilizações que se acabaram, o sintoma de seu final foi exatamente a degeneração da família, de seus princípios, costumes e valores. Mas jamais ousaria eu julgar quem quer que seja, porque, por mais presas que estejam as pessoas às correntes do homossexualismo, eu compreendo e sei que, se buscarmos a Deus, se se arrependerem de seus pecados, poderão ser perdoados por Jesus Cristo, que não somente perdoa, mas transforma todo pecador. Assim será vencido o espírito que operar naquelas civilizações, especialmente em seus últimos dias.

O primeiro milagre de Jesus Cristo foi o de transformar a água em vinho, nas bodas de Caná, na Galiléia. Efeminados, homossexuais e lésbicas podem ser transformados em verdadeiros homens e em verdadeiras mulheres, para cooperarem na formação da base da sociedade, que é a família. Srs. Deputados, este parece um discurso desnecessário, pois nem todos assinaram essa moção de repúdio. Evidentemente, para alguns é legítima a união de homem com homem e de mulher com mulher. Mas, quando deixamos a Palavra de Deus, os princípios elementares de sua palavra, a Bíblia Sagrada, quando estabelecemos um conceito natural, então, pelo contrário, vemos o que escreveu o maior político deste mundo, Salomão, que disse em Provérbios, 3: "Confia no Senhor, de todo o teu coração, e não te estribes no teu próprio entendimento". Porque a Lei do Senhor diz que Deus não o terá por inocente. Está escrito, também, em Romanos 1:29-32, no Novo Testamento: "Não somente os que fazem tais coisas, mas também os que aprovam tais coisas". (Palavra do Senhor.)

A Deputada Elbe Brandão (Em aparte)* - Meu caro companheiro, Deputado Raul Lima Neto, gostaria de lembrar a V. Exa. que Deus também entregou a liberdade ao homem. Estamos em um país onde se busca repudiar qualquer tipo de discriminação, e V. Exa. vem com uma proposta impeditiva. Eu sou casada, muito bem casada, adoro meu marido, mas temos de respeitar as pessoas que fazem a sua opção sexual. E o que é um casamento? Na verdade, a lei vai permitir uma relação contratual, como a que temos com nossos maridos e vocês com suas esposas. Gostaria que V. Exa. relevasse um pouco sua forma de pensar e que não discriminasse nem um brasileiro e nem um ser humano por sua opção sexual. A sociedade em que buscamos caminhar, a sociedade que desejamos é a da igualdade.

O Deputado Raul Lima Neto - Nobre Deputada Elbe Brandão, compreendo a posição de V. Exa., no afã de defender a liberdade. Mas, às vezes, não é liberdade, pelo contrário, é uma indignidade da própria pessoa. Em nenhum instante, o homossexualismo pode promover a dignidade da pessoa humana, pois fere os princípios básicos da própria natureza humana. Se V. Exa. meditar bem na História, verá que todas as civilizações acabaram quando permitiram isso, como foi o caso de Sodoma e Gomorra e de outros povos da antiguidade. Assim, estamos vivendo uma época em que se propõe não a liberdade, mas a indignidade. Eu também respeito essas pessoas, mas sei que elas podem ser transformadas, mudadas, da mesma forma como imagino que elas sofrem por viverem contrariamente à natureza. Elas não foram feitas para isso. Quando aprovamos tais coisas, estamos desobedecendo ou desaprovando a principal Constituição, que é a Lei do Senhor. Muito obrigado.

* - Sem revisão da oradora.

O Deputado José Bonifácio* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, certa vez o Presidente Charles de Gaulle, que comandou a França durante alguns anos com pulso de ferro, teria dito à imprensa mundial: "Le Brésil n'est pas un pays sérieux" (O Brasil não é um país sério)". Às vezes, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fico perplexo e em dúvida se o herói francês tinha ou não razão quando pronunciou essa frase, que soa até agressiva aos brasileiros.

Mas, ontem à noite, trocando idéias sobre a proposta de emenda à Constituição que deve estar sendo votada no Congresso Nacional, deparei com o seguinte absurdo, que não sei se é produto do virtuosismo do Ministro Bresser Pereira ou de algum relator, Deputado ou Senador, interessado nesse absurdo. Diz a Constituição Federal, no seu art. 40, que o servidor será aposentado por várias razões: invalidez; compulsoriamente; voluntariamente; aos 35 anos de serviço; aos 30 anos de efetivo exercício nas funções do Magistério; e vai por aí afora.

Mas, Sr. Presidente, sobre o art. 39 da proposta de emenda à Constituição, infelizmente, não pude trazê-lo aqui, porque, como sempre acontece, na hora em que precisamos dos computadores, eles não funcionam, e, por falta de sorte, o da biblioteca não está funcionando. Mas, mais ou menos, posso adiantar o que diz aquele artigo. Diz que ficam isentos dessa aposentadoria de que trata a Constituição, no seu art. 40, aqueles que exercem funções públicas e que não são remunerados pelo Estado. Isso aí parece que não é nada. Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, peço a V. Exa. que faça com que a Consultoria da Casa forneça a todos os Deputados um esclarecimento sobre o que me parece ser da maior gravidade. Aprovado esse art. 39 da proposta de emenda à Constituição, o que irá acontecer? Todos os serventuários de cartórios extrajudiciais jamais se aposentarão. Então, um Sr. João qualquer, proprietário de um cartório de registros de imóveis ou até de um cartório de notas, não vai se aposentar nunca, a não ser que ele venha a falecer...

Confirmada essa minha desconfiança, que a douta Consultoria da Casa deverá nos esclarecer, é da maior importância que todos nós, independentemente de partidos ou de coligações partidárias, alertemos os nossos amigos e colegas, pelo menos os mineiros na Câmara Federal e no Senado, a fim de que não deixem que mais esse absurdo aconteça no nosso País e justifiquem, fazendo isso, as palavras, que podem ser grosseiras, do Presidente Charles de Gaulle. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 15/5/97, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, a Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, e de conformidade com as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.211, de 1995, 1.421 e 1.446, de 1997, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria:

Gabinete do Deputado Alencar da Silveira Júnior

exonerando, a partir de 19/5/97, Leandro Gustavo Santos Silva do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13;

nomeando Eloir Domingues Caixeta para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13.

Gabinete do Deputado José Bonifácio

exonerando Patrícia Romanelli Cury Gazire do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05.

Gabinete do Deputado Sebastião Navarro Vieira

nomeando Marco Antônio Andere Teixeira para o cargo de Supervisor de Gabinete, padrão AL-25.

Aviso de Licitação

Resultado de Julgamento de Licitação

Convite nº 36/97 - Objeto: aquisição de veículo tipo van, à base de troca. Licitante vencedora: Cardiesel Ltda.

Dispensa de Licitação nº 9/97

Em 13/5/97, o Sr. Presidente autorizou, com base no art. 24, IV, da Lei nº 8.666, de 1993, o aluguel, por um período de 2 meses, de um grupo motogerador junto à MS Geradores Ltda.

EXTRATO DE CONVÊNIO

Termos de Convênio que entre si celebram a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e as entidades abaixo discriminadas, cujo objeto é a concessão de subvenção social e auxílio para despesa de capital

Convênio: nº 00027 - Valor: R\$13.000,00.

Entidade: Associação Comun. Desenv. Esp. Assist. Soc. Amigos S. S. Paraíso - São Sebastião Paraíso.

Deputado: Jorge Hannas.

Convênio: nº 00037 - Valor: R\$6.000,00.

Entidade: Conselho Popular Def. Direitos Humanos Morad. B. Felicidade - Belo Horizonte.

Deputado: Wilson Trópia.

ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação dos Atos da Mesa da Assembléia verificada na edição de 16/5/97, pág.29, col.2, onde se lê:

"Na data de 7/5/97", leia-se:

"Na data de 15/5/97".